



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO	Número	/XIII ( .ª)
PERGUNTA	Número	/XIII
( .ª)		

**Assunto: Abusos laborais na Avipronto- Grupo Lusiaves**

**Destinatário: Ministério do Trabalho e da Segurança Social**

*Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República*

A Lusiaves Indústria e Comércio Agro-Alimentar, SA é uma empresa com sede em Marinha da Ondas, Figueira da Foz. A sua atividade principal é a produção, abate, transformação, comercialização e distribuição de aves e comércio de produtos alimentares em geral. A empresa faz parte do Grupo Lusiaves, que agrega três grandes empresas que representam cerca de 85% do mercado de venda de aves em Portugal.

De acordo com denúncias das organizações sindicais, designadamente do SINTAB (Sindicato dos trabalhadores da Agricultura e das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos), têm vindo a ocorrer diversos atropelos da legislação laboral e do contrato coletivo de trabalho aplicável aos trabalhadores da Lusiaves, contrato esse celebrado com a ANCAVE (Associação Nacional dos Centros de Abate e Indústrias Transformadoras de Carne de Aves) e a FESAHT (Federação dos Sindicatos de Agricultura, Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal).

Alegadamente, desde 2015 não há negociação direta e têm-se verificado tentativas de impor o aumento da carga horária através do banco de horas, bem como a redução de direitos por via da ameaça da caducidade unilateral do contrato. No entanto, até à data, o Ministério do Trabalho ainda não se pronunciou sobre a caducidade pelo que a mesma ainda não teve lugar. Os trabalhadores têm avançado com iniciativas de greve, designadamente ao trabalho suplementar em dia feriado e aos sábados e domingos com vista a tentar travar a caducidade da convenção.

Por outro lado, a empresa, não só viola de forma reiterada o contrato coletivo, como desrespeita o direito à greve marcando falta injustificada a mais de 80 trabalhadores em greve. Por outro lado, a empresa tem vindo a recorrer a trabalhadores migrantes sub contratados remunerados com o salário mínimo nacional, a quem não é devidamente pago o trabalho suplementar, subsídio de transporte e outros apoios, ou seja, a mão de obra barata a quem são negados direitos essenciais. Estes trabalhadores são contratados também para substituir trabalhadores em greve.

Acresce que, em 2020, terão ocorrido na Avipronto cerca de 127 casos de covid, o que levou ao encerramento da empresa durante 9 dias, tendo a empresa tentado despedir, unilateralmente, trabalhadores que responderam individualmente a essas comunicações.

De acordo com o que foi denunciado ao Bloco de Esquerda estas situações têm sido denunciadas pelo sindicato ao Ministério do Trabalho e à ACT e estará em curso, por iniciativa do Ministério Público, um processo crime devido ao encobrimento de situações de covid-19.

Os abusos laborais reportados, o desrespeito pela contratação coletiva, do direito à segurança e saúde no trabalho, bem como a violação do direito fundamental à greve por via da substituição de trabalhadores em greve são de manifesta gravidade e requerem uma intervenção urgente sob pena de prejuízos irreparáveis.



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Palácio de São Bento, 04 de novembro de 2020.

**A deputada**

**Ricardo Vicente**

**José Soeiro**

**Isabel Pires**